

XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI – RJ
12-15 DE JUNHO 2018

ÁREA TEMÁTICA 8 – TRABALHO, INDÚSTRIA E SOCIEDADE

Cristina Pereira Vieceli¹

Bruxas, donas de casa e trabalhadoras multitarefas: análise dos trabalhos reprodutivos no capitalismo avançado

Resumo

O objetivo principal do presente artigo é analisar, a partir da literatura feminista e marxista, os trabalhos reprodutivos dentro do sistema capitalista, em suas fases de ascensão e crise, destacando sua relação funcional com os trabalhos produtivos, com a divisão sexual do trabalho e com o exército industrial de reservas nos países de economia avançada. Os trabalhos reprodutivos possuem um papel particular dentro do sistema capitalista, já que são precarizados e relegados principalmente às mulheres, exercendo, por consequência, um papel de regulador dos salários da população ocupada no mercado. No período recente, a crise econômica e a ascensão de políticas de ajustes neoliberais, refletem sobremaneira nas mulheres, já que sua força de trabalho é necessária tanto para o provimento das famílias como também para o cuidado de pessoas.

Abstract

The main objective of the present article is to analyze, from the feminist and Marxist literature, the reproductive works within the capitalist system, in its ascension and crisis phases, highlighting its functional relation with the productive work, the sexual division of labor and the industrial reserve army. Reproductive labor plays a particular role within the capitalist system, since they are precarious and relegated mainly to women, and consequently play a role as regulator of the wages of the population occupied in the market. In the recent period, the economic crisis and the rise of neoliberal adjustment policies reflect in women particularly, since their workforce is necessary both for the provision of families and the care of people.

Palavras-chave: Trabalhos reprodutivos, capitalismo, globalização

Key words: reproductive works, capitalism, globalization

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar os trabalhos reprodutivos dentro do sistema capitalista em suas fases de ascensão e crise destacando sua relação funcional com os trabalhos produtivos, com a

¹Douturanda do PPGE/UFRGS.

divisão sexual do trabalho e a formação do exército industrial de reservas. O foco da análise serão os países de capitalismo avançado, principalmente da Europa Ocidental e Estados Unidos.

A oferta de trabalhos reprodutivos ocorre tanto sob a forma remunerada, através das empregadas domésticas e por instituições públicas e privadas, como creches, escolas, hospitais, como também sob a forma não remunerada, pelos próprios membros das famílias. Os trabalhos reprodutivos exercem um papel funcional ao sistema capitalista sendo relegados especialmente às mulheres, o que torna a força de trabalho feminina mais propensa a compor o exército industrial de reserva. Além disso, são formas de trabalho precarizado, com baixa remuneração quando ofertados no mercado, ou invisíveis às estatísticas oficiais quando não remunerados, o que pressiona pela diminuição dos salários da classe trabalhadora.

A análise irá se basear em referências bibliográficas sobre o assunto e está dividida em três seções. Na primeira, conceituaremos trabalhos reprodutivos sob a luz da teoria marxista e feminista e analisaremos a divisão do trabalho humano, em produtivo e reprodutivo, além disso, introduziremos brevemente o conceito de exército industrial de reserva em suas três formas pela teoria marxista. Na segunda seção analisaremos a passagem do sistema feudal para o capitalista, a subordinação da mulher à esfera doméstica, e à reprodução social, também analisaremos as mudanças dessa relação até o final da Segunda Guerra Mundial, com a implementação das políticas de bem estar social. A terceira seção tem como objetivo analisar brevemente o capitalismo contemporâneo após a falência das políticas keynesianas, apontando possíveis impactos sobre o mercado de trabalho e, em especial, sobre os trabalhos reprodutivos. Por fim, a conclusão retoma os aspectos tratados nas seções anteriores e traz algumas questões para reflexão.

1. Produzir e reproduzir: a divisão do trabalho humano

O conceito de reprodução social da força de trabalho foi explorado pelos economistas clássicos, dentre eles seu maior crítico, Karl Marx, através da teoria do valor, mais especificamente na definição do valor da força de trabalho e do salário. Segundo Marx, “O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente para a reprodução – desse artigo específico” (MARX, 2013, p. 245). A reprodução do trabalho pressupõe tanto a manutenção da mão de obra assalariada, sua alimentação, vestuário etc., como também sua perpetuação através dos seus filhos. O valor da reprodução da força de trabalho, portanto, é medido pela quantidade de meios de subsistência necessários “para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida”

(MARX, 2013, p. 246). As condições “normais de vida”, por sua vez, irão depender de fatores culturais, naturais e históricos de cada país. De acordo com Marx:

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficientes para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral (MARX, 2013, p. 246)

A teoria feminista utiliza o conceito de reprodução do trabalho para se referir aos trabalhos reprodutivos, desempenhados majoritariamente pelas mulheres, e que, quando não são pagos, tornam-se invisíveis para os sistemas de contas nacionais dos países. Segundo Piccio (2005), o trabalho reprodutivo está relacionado com a reprodução de pessoas em um aspecto amplo, referindo-se tanto aos cuidados com o bem-estar físico, quanto os relacionados às emoções e relações interpessoais. Há uma interdependência dos processos de produção de mercadorias e de reprodução e manutenção da força de trabalho, na medida em que os trabalhos ligados ao mercado produzem bens que são transformados pelos trabalhos reprodutivos - por exemplo para cozinhar, limpar a casa etc. - e os trabalhos reprodutivos, por sua vez, reproduzem a força de trabalho a ser utilizada no sistema mercantil. Segundo Piccio:

El proceso de reproducción requiere mercancías y, por lo tanto, el trabajo asalariado necesario para producirlas, pero también el trabajo no remunerado necesario para transformarlas para su uso efectivo. Por ejemplo, el trabajo necesario para cocinar alimentos, lavar la ropa, limpiar la vivienda. La porción de este trabajo “doméstico” que no percibe una retribución monetaria (la mayor parte de este trabajo), es generalmente ignorada en el análisis del sistema económico y en los sistemas de cuentas nacionales. Más aún, el proceso de reproducción social, relativo a la reproducción de personas y no de objetos, requiere también del trabajo de cuidar los cuerpos, las emociones y las relaciones. Este trabajo también es invisible cuando no es retribuido monetariamente (PICCIO, 2005, p. 4).

A perspectiva feminista amplia a visão da reprodução social para além da reprodução e manutenção dos indivíduos aptos a vender sua força de trabalho no mercado. Os trabalhos reprodutivos destinam-se também para a manutenção dos indivíduos que, por diferentes motivos não integram a força de trabalho assalariada, seja por estarem fora da idade ativa (serem muito jovens ou muito velhos), terem alguma doença ou incapacidade física e/ou mental, trabalharem exclusivamente para os trabalhos reprodutivos, dentre outros motivos.

Vogel (2000) distingue três diferentes formas de reprodução da força de trabalho: as atividades diárias, destinadas para restaurar as energias para o retorno ao mercado de trabalho; as mesmas atividades, mas destinadas para a manutenção das pessoas que estão fora do mercado de trabalho; por fim, a produção de novas pessoas que irão substituir o trabalhador que morre ou não vende mais sua força de trabalho.

Bakker & Gill (2003, p. 32), analisam a reprodução social a partir de sua relação com os níveis micro (indivíduo), meso (instituições) e macro (formas de estado e a organização mundial). Esses níveis interagem com a ordem de gênero interligada com a ordem mundial. Existem três principais definições relacionadas com a reprodução social, segundo os autores: a reprodução biológica das espécies, em que se encontram condições como as mulheres geram as crianças em diferentes sociedades; a reprodução da força de trabalho, relacionados aos trabalhos de subsistência, mas também educação e treinamento e, por fim, a reprodução das provisões e de cuidados, que podem ser ofertadas somente pelas famílias, ser totalmente socializadas, ou também podem expressar uma combinação dos dois. Estas dimensões se relacionam com a ordem de gênero que formam e são formadas pela ordem mundial. Segundo os autores:

Thus Feminist writers have pointed out that all world orders involve specific gender divisions of labor and structures of power that shape symbolic and material representations of gender relations, that is, *gender orders coexist with, serve to shape and are shaped by world orders*. We would also add that a gender order also has racializes and class related dimensions, and its patterns may vary across forms of state, patterns of production and regional world orders

Bakker & Gill portanto, se preocupam em entender as particularidades relacionadas com as diferentes regiões do mundo e também como elas interagem dentro dos níveis macro, meso e micro no sistema capitalista globalizado. Por exemplo, o aumento da mercantilização da força de trabalho feminina no Sul por um lado, levou à maior autonomia pessoal das mulheres e controle sobre as decisões de suas famílias, mas, por outro, intensificou o tempo de trabalho e as múltiplas responsabilidades e tarefas.

A análise da divisão do trabalho humano em produtivo e reprodutivo bem como a subordinação das mulheres à reprodução social ganha importância, portanto, dentro da teoria feminista de raiz marxista. Essa divisão, pode ser anteriormente traçada à obra de Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, cuja primeira edição é de 1884, quando afirma que a forma de organização das sociedades é historicamente determinada pela produção de meios de existência, como alimentação e roupas, e pela forma de propagação da espécie:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de subsistência, de produtos alimentícios, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 1984, p. 4).

De acordo com Engels (2012), a institucionalização da propriedade privada e a organização familiar monogâmica tornaram a mulher subordinada ao homem e vinculada ao trabalho reprodutivo. Engels enxerga a união monogâmica como o primeiro antagonismo e opressão de classes, ela, em conjunto com a escravidão e a propriedade privada, inicia um período em que o progresso e o bem-estar de alguns indivíduos representa o retrocesso e a repressão de outros. A monogamia surge com a sociedade patriarcal e a propriedade privada, afim de transmitir as riquezas em forma de herança para os herdeiros do homem, portanto é uma imposição somente para as mulheres. Com a monogamia surge também a prostituição.

Ainda segundo Engels, o advento da sociedade capitalista abriu caminho para as mulheres se inserirem na produção social. No entanto, essa incorporação é parcial, já que, dentro dos núcleos familiares, os afazeres domésticos recaem sobre elas, limitando sua incorporação no mercado de trabalho. “A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (ENGELS, 2012, p. 97). Para ele, a libertação das mulheres exigiria como condição a reincorporação de todo o sexo feminino aos trabalhos produtivos, que ele chama da “indústria social”, para tanto, é necessária a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.

Conforme Saffioti (2013), o sistema capitalista, se apropria de estruturas anteriores, como patriarcado e o racismo para justificar a ocupação de espaços marginalizados dentro da esfera produtiva por determinados grupos de pessoas. A força de trabalho feminina seria relegada à ocupações vulneráveis e semiocupações. Mesmo em países industrializados, o trabalho feminino é absorvido majoritariamente nos setores primário e secundário do sistema produtivo, recebendo menores salários e estando mais propensas à demissões.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança a mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. (SAFFIOTI, 2013, p. 66)

Segundo Saffioti (1978), o sistema capitalista convive com outras formas de produção, não capitalistas, ocupadas pela população de baixa renda. Um exemplo é o emprego doméstico, e outras categorias de trabalho de baixa qualificação e remuneração, em especial no âmbito rural, mas também urbano. A população de baixa renda, dessa forma, flutuaria entre as atividades capitalistas e não capitalistas a depender da conjuntura econômica em que o sistema se encontra:

Nas formações sociais capitalistas, como é sabido, o modo de produção capitalista coexiste com as formas não capitalistas de trabalho. Trata-se de coexistência dinâmica e integrada. A força de trabalho, em sua integridade, não se fixa parte em atividades organizadas em moldes capitalistas e parte em funções econômicas não capitalistas. Há mobilidade de parcela da mão-de-obra que se desloca das atividades não capitalistas para as capitalistas em momentos de expansão do capitalismo e das últimas para as primeiras em momentos de retração deste sistema produtivo (SAFIOTTI, 1978, p. 183-184).

As mulheres, por consequência da sobrecarga dos trabalhos reprodutivos estariam vulneráveis à compor o exército industrial de reserva, sendo isso fator determinante para a pauperização e falta de autonomia feminina. Segundo Marx (2013), o exército industrial de reserva assume três formas diferentes: flutuante, latente e estagnada. A forma flutuante é a que se aproxima do desemprego aberto e friccional, em que são incluídos os trabalhadores que já estiveram inseridos no sistema produtivo, mas que estão temporariamente fora dele. Essa camada populacional varia conforme o ciclo econômico e a rotatividade do mercado de trabalho.

A segunda forma seria a latente, em que estão inseridos os trabalhadores cujas atividades, ainda que voltadas para o mercado capitalista, não são contratadas diretamente por capitalistas. Sua latência ocorre por aparecer no mercado de forma oculta, “cujo volume se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda a sua amplitude” (MARX, 2013, p. 718). O exemplo utilizado por Marx para definir esta forma de exército industrial de reservas são os trabalhadores rurais, cujo setor estaria dominado por formas não capitalistas de produção. O processo de incorporação desses trabalhadores à massa proletária poderia ocorrer tanto pela sua expulsão do campo, como também pela entrada no sistema capitalista das atividades agrícolas. Dessa forma, esses trabalhadores, ainda que inseridos em atividades não capitalistas, estariam disponíveis para as atividades mercantis quando demandados. A terceira categoria é a estagnada, em que se encontram os trabalhadores cuja condição de vida cai abaixo do nível médio da classe trabalhadora, característica dos subempregos. Segundo Marx (2013, p. 718) “Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.”

Seguindo essa caracterização tanto as empregadas domésticas como as trabalhadoras domésticas “donas de casa”, fazem parte do exército industrial de reserva em sua forma latente, já

que estão inseridas em trabalhos pré capitalistas, sendo recrutadas a depender do ciclo econômico para as atividades de acumulação de capital.

2. Bruxas, donas de casa e trabalhadoras multitarefas: os trabalhos reprodutivos no sistema capitalista

A transição do sistema feudal para o modo capitalista de produção ocorreu ao longo de vários séculos na Europa. O seu prelúdio se dá, segundo Marx (2013) a partir do último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Já no século XIV, a servidão havia praticamente desaparecido na Inglaterra, e grande parte da população consistia em camponeses livres, economicamente autônomos. Este status, no entanto, não foi facilmente conquistado sendo fruto de diversas lutas e resistências que atravessaram toda a Idade Média em que os camponeses buscavam limitar o excedente de trabalho e os impostos que se destinavam à nobreza (FEDERICI, 2017). A primeira consequência das lutas servis, segundo Federici (2007), foi a concessão de “privilégios” e “cartas de foral”, fixando as cargas e assegurando determinada autonomia administrativa pela comunidade aldeã, o que irá garantir para algumas aldeias formas de autogoverno local.

A resolução mais importante do conflito feudal, segundo Federici (2017), será a substituição dos serviços laborais pelo pagamento em dinheiro, o que colocou a relação feudal sob uma base mais contratual. Esta mudança irá, de alguma maneira, terminar com a servidão, mas terá como contrapartida a desintegração da aldeia feudal e funcionou como um meio de divisão social. Isso ocorre porque, enquanto os camponeses mais abastados conseguiam comprar a sua liberdade, e serem proprietários de terras, os mais pobres acabavam perdendo suas terras por endividamento, o que levou a um processo de proletarização do campesinato.

A expulsão dos camponeses das terras e a sua transformação em trabalhadores assalariados ocorreu até meados do século XIX, em um processo que Marx (2013) denomina de acumulação primitiva, ou original, que consiste na separação entre produtor e meio de produção. Ele a denomina como primitiva, por constituir a pré-história do capital e do modo de produção que o corresponde. Este processo foi caracterizado pela apropriação de terras pela burguesia, violência contra as revoltas da população campesina, escravidão e expropriação de riquezas minerais do Novo Mundo e mudanças profundas na legislação e nos valores sociais. Segundo Marx (2013, p. 787):

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A

expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.

A transição para o sistema capitalista ocorre de forma diversa entre os países do mundo, a depender de suas estruturas sociais e históricas. Alguns autores, como Bryer (2012), datam a emergência do sistema capitalista nos Estados Unidos somente nos anos 1920, a partir do controle da contabilidade empresarial nas empresas ferroviárias. Desde então, nem os capitalistas, nem os trabalhadores estariam dentro dos moldes capitalistas conforme descrito por Marx, já que aqueles não possuíam controle pleno sobre o capital. Segundo Bryer, a indústria ferroviária iniciou o processo de controle acurado da contabilidade, o que garantiu a mensuração de custos com depreciação e o cálculo do lucro. Esse movimento possibilitou também o maior controle sobre os trabalhadores e melhoria nos processos, o que levou a disseminação dessa lógica para outros setores.

A despeito da dinâmica particular que a transição para o sistema capitalista irá assumir, a estrutura patriarcal permanece com novos formatos. O desaparecimento da economia de subsistência, que predominou na Europa pré-capitalista pôs também fim a unidade entre produção e reprodução. No novo regime, grande parte dos trabalhos reprodutivos tornaram-se invisíveis, já que permaneceram fora do mercado, deixando inclusive de ser considerado trabalho. Segundo Federici (2017, p. 146):

O trabalho reprodutivo continuou sendo pago – embora em valores inferiores – quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho, realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”.

Mesmo quando ocupadas no mercado, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações, recebendo salários bem inferiores aos masculinos a fim de garantir a sua disponibilidade para os trabalhos reprodutivos. O processo de proletarização das mulheres, por conseguinte, é caracterizado por um duplo caráter: ao mesmo tempo que as despossui dos meios de produção, o que também ocorre entre os homens, as restringe de seu acesso ao salário, o que as coloca em uma situação de pobreza crônica, dependência econômica e invisibilidade.

A invisibilidade dos trabalhos reprodutivos, teve também como contrapartida a diminuição da massa salarial tanto dos homens quanto das mulheres trabalhadoras, já que os empregadores não pagam por este trabalho, mesmo usufruindo de seu resultado. As mulheres passaram por um processo de degradação social, durante a passagem do feudalismo para o capitalismo, que, segundo

Federici (2017 p. 146) “foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então”.

Ainda segundo Federici (2017) emergência do sistema capitalista foi acompanhada pelo controle da reprodução dos trabalhadores pelo Estado e também pelo uso mais produtivo do tempo livre e da disciplina da força de trabalho. Entre os séculos XVI e XVII o Estado emergiu com uma função importante de manter a assistência à classe trabalhadora pauperizada na Europa, devido à crise demográfica que se instala. A preocupação com o crescimento da população está enraizada também na Reforma Protestante, que rejeita a exaltação cristã da castidade, valorizando o casamento e a sexualidade.

Para garantir a reprodução da força de trabalho e a acumulação capitalista foi necessário terminar com o controle feminino sobre a reprodução, realizado por meio da marginalização das parteiras. As mulheres passaram a assumir um papel passivo no parto dando espaço para os médicos homens e o feto passou a ser priorizado em detrimento da vida da mãe. As mulheres que desejassem interromper a gravidez eram acusadas de bruxaria, sendo perseguidas, acusadas de sacrificar as crianças para o demônio. Este período foi caracterizado pela redefinição dos crimes reprodutivos, impondo penas tanto a contracepção ao aborto e ao infanticídio, práticas tratadas na Idade Média com certa tolerância em especial para as mulheres pobres (FEDERICI, 2017).

A demonização das mulheres e a caça as bruxas demarcou um período de transição para a vida das mulheres, que Federici (2017) irá caracterizar como uma derrota histórica, destruindo as relações coletivas femininas e sistemas de conhecimento que serviam como base de poder na Europa pré-capitalista. A partir do final do século XVII há um processo de infantilização e domesticação das mulheres, o que ocorre tanto em termos da construção de arquétipos femininos e masculinos, como também em termos legais. A imagem feminina, antes associada como seres selvagens e insubordinados passa a ser retratada como passiva, assexuada e obediente. Em termos legais, as mulheres perderam a capacidade de fazer contratos ou de representar a si mesmas em tribunais, na Alemanha, foi proibido inclusive que as mulheres vivessem sozinhas ou com outras mulheres.

O contrato de casamento, nesse ínterim, aparece como uma forma oficial de subordinação da mulher ao homem e à esfera doméstica. Segundo Pateman (1993), até o final do século XIX, a condição civil e legal das esposas era muito semelhante a de um servo ou um escravo, já que, assim como na escravidão, as esposas estavam civilmente mortas. A exemplo disso, as mulheres ao se casarem recebem o nome do marido, relação que ocorria também entre senhores e escravos e que permanece até hoje nos contratos de casamento. As mulheres casadas eram obrigadas a viver onde seus maridos desejassem, suas rendas e filhos passavam a ser propriedade de seus maridos. Um

exemplo ilustrativo da relação das esposas com os escravos, conforme levantado por Pateman (1993), era o fato de que na Inglaterra elas eram vendidas em leilões públicos, o que ocorreu entre os anos de 1073 até o século XX.

Além de tornar a mulher civilmente morta o contrato de casamento subordinava o corpo da esposa ao seu marido. Segundo Pateman (1993, p. 185), até o século XVIII na Inglaterra, o marido não poderia ser acusado de estupro contra sua esposa legal, até 1884, uma esposa poderia ser presa se recusasse “conceder aos direitos conjugais”, e até 1891 os maridos tinham direito inclusive de aprisionar as mulheres para obterem esses “direitos”.

A despeito das mulheres estarem subordinadas dentro do contrato de casamento, sua força de trabalho, bem como das crianças, foi amplamente utilizada no período de ascensão do sistema capitalista, sendo inclusive predominantes em várias linhas de produção, conforme Folbre (2003). No entanto, os trabalhos exercidos pelas mulheres eram limitados à baixos salários e qualificação e geralmente liderados por homens. Os salários femininos não garantiam a sua independência econômica, levando-as à condição de permanente tutela de seus pais ou maridos. Além disso, mesmo as trabalhadoras assalariadas deveriam despender várias horas aos afazeres domésticos, sendo este trabalho justificado como forma de pagamento pelo seu sustento. Segundo Folbre (2003) os próprios trabalhadores homens se opunham às violações da divisão sexual do trabalho, excluindo as mulheres da participação em sindicatos.

As fábricas porém, não foram as principais formas de inclusão das mulheres no mercado de trabalho. A maior parte dos empregos ocupados pelas mulheres na Europa do século XIX foram em espaços que reforçavam o seu papel na divisão sexual do trabalho. Segundo Folbre (2003 p. 146), o emprego doméstico era a principal ocupação para as mulheres acima de 20 anos na Grã-Bretanha em 1841, absorvendo, em torno de 34% do total. Dentre as mulheres com menos de 20 anos, esta ocupação empregava em torno de 69% das ocupadas. Cerca de 15% das mulheres francesas empregavam uma ou mais empregadas domésticas. Essa ocupação, além das baixas remunerações, é suscetível a abusos sexuais e diversos tipos de assédio e demarca a intersecção entre gênero, classe e raça, haja vista a predominância de mulheres de classes e grupos étnicos e raciais marginalizados.

A subjugação das mulheres aos trabalhos reprodutivos, portanto, as coloca em uma situação de força de trabalho subsidiária à masculina, sendo utilizada conforme a conjuntura econômica e a necessidade do mercado e das famílias. Saito (2015), utilizando a abordagem de De Vrie's para analisar o padrão familiar do Leste Europeu, indica que na primeira Revolução Industrial, apesar do grande crescimento da produtividade, o nível de vida dos trabalhadores não irá melhorar no primeiro momento. Somente na segunda metade do século XIX que o salário real da classe trabalhadora começa a crescer, o que leva à saída das mulheres do mercado de trabalho, e ao

padrão familiar dona de casa, marido provedor. Nesse período, o mercado o Estado não oferecem tecnologias e serviços que auxiliam no trabalho doméstico.

Esse padrão irá se modificar no século XX, o que ocorre pelas grandes transformações do capitalismo mundial refletindo sobre a classe trabalhadora e sobre os trabalhos reprodutivos. Destaca-se as grandes guerras mundiais, que recrutaram a força de trabalho principalmente masculina para lutar, pressionando, em contrapartida, as mulheres a ingressarem no mercado, bem como o surgimento de novas tecnologias domésticas, a universalização da educação e o movimento feminista e operário.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, segundo Armstrong et alii (1991) o capitalismo havia passado por uma destruição física tão profunda que afetou sua funcionalidade como sistema social. A guerra levou o liberalismo ao descrédito inclusive para a classe capitalista, que enxergou a diminuição de seu poder tanto na esfera política como dentro das indústrias. Em contrapartida, a classe trabalhadora organizada saiu fortalecida dentre os países vencedores.

Mesmo com as mortes causadas pela guerra, a classe trabalhadora não diminuiu drasticamente em número nos países capitalistas. Armstrong et alii (1991), aponta três motivos para essa ocorrência: em primeiro lugar o crescimento natural da população trabalhadora, o segundo motivo está associado com a entrada de uma parcela da população para o mercado de trabalho. Segundo o autor, nos Estados Unidos, houve um aumento de 5 milhões de pessoas empregadas entre 1940 a 1945, ainda que a força de trabalho masculina tenha decrescido em 1 milhão, devido ao recrutamento de 11 milhões de pessoas para as forças armadas, o crescimento deveu-se à entrada feminina no mercado de trabalho, que aumentou sua participação em 6,5 milhões de ocupadas. O mesmo ocorre para o Reino Unido, em que a força de trabalho feminina cresce em 1 milhão enquanto 5 milhões de homens são recrutados para servirem na guerra. No Japão, cerca de 2 milhões de mulheres ingressam no mercado de trabalho neste período. O terceiro motivo se associa ao fim da guerra, que teria levado às pessoas retornarem aos seus países de origem como o Japão e migrarem para a Europa Ocidental e Estados Unidos.

O período pós guerra é demarcado pelo aumento do poder político dos sindicatos nos principais países capitalistas. Durante o período de guerra, apesar da diminuição das greves devido às políticas restritivas, houve um aumento importante do número de trabalhadores membros de sindicatos, chegando a corresponder a 45% da força de trabalho no Reino Unido. As lideranças sindicais recebem reconhecimento do governo e passam a reivindicar programas radicais de melhorias nas condições de trabalho e nas políticas de bem estar social. Essas mudanças, no entanto, incorreriam em aumento nos impostos para a classe capitalista, o que se tornou necessário

devido as circunstâncias do pós guerra e o medo da emergência do socialismo. Segundo Armstrong et alli (1991):

In the United Kingdom and United States, then, growth in the strength of organized labour flowed fundamentally from the full-employment conditions generated during wartime. It was reflected in demands for reforms in the fields of social welfare, employment and wages, and channeled through trade union or social-democratic party structures which did not pose any immediate threat to the continuation of capitalist domination of the economy. (ARMSTRONG ET ALLI, 1991, p. 16)

A fim de conter a emergência das ideias socialistas com o fortalecimento da União Soviética durante a Guerra Fria, as políticas de bem estar social se intensificam. Estas acompanham um período de intenso crescimento da acumulação de capital, de forma incomparável com qualquer outra época da história do capitalismo, aumento da produtividade e do emprego. Estes fatores refletem na elevação do padrão de vida da classe trabalhadora, que, segundo Armstrong et alli (1991, p. 117), não somente conseguiram melhorar suas condições materiais em relação à geração anterior, mas, mais do que isso, ter acesso a produtos revolucionários à época, como a tv a cores: “People not only have more than their forebears; they also had revolutionary new products. By 1969 millions of people were able to watch on colour TV as the first human set foot on the moon”.

O aumento da produtividade não foi devido ao crescimento do número de horas trabalhadas por trabalhador, já que as mulheres permaneceram ingressando no mercado de trabalho principalmente em empregos de meio turno, diminuíram os dias úteis semanais e aumentaram o número de feriados. Em contrapartida, houve um aumento intensivo de novas tecnologias e melhorias nos processos produtivos, com a ascensão do taylorismo. Os salários cresceram de maneira contínua, representando fator fundamental para o aumento da produção, já que a classe trabalhadora representava importante mercado consumidor dos bens de consumo duráveis. (ARMSTRONG ET ALLI, 1991).

As políticas de bem estar social, bem como a intervenção estatal para a manutenção do pleno emprego caracterizaram o período, o que deixava transparecer que o capitalismo possuía uma cara mais humana, ou menos desumana. Ainda segundo Armstrong et alli (1991), o período transparecia uma ideia geral de que os antigos antagonismos de classe teriam desaparecido dando espaço para um capitalismo regulado, em que o Estado seria fundamental para gerir a economia e equilibrar os conflitos entre capital e trabalho, garantindo uma qualidade de vida mínima para a população desempregada, através de políticas de assistência, e o acesso à classe trabalhadora à educação e saúde. Esse período, que durou do pós guerra até meados da década de 1970, se caracterizou pelo fortalecimento da classe trabalhadora, das representações sindicais garantia do

pleno emprego, o que, em conjunto, fortalecia o poder de barganha tanto individual como por convenção coletiva.

A literatura feminista, segundo Bakker (2007) e Folbre (2003), aponta para os limites das políticas de bem estar social para a emancipação feminina da esfera privada do lar e da tutela de seus maridos, na medida em que boa parte destas reforça, tanto o papel das mulheres como cuidadoras como a divisão sexual do trabalho, incluindo a força de trabalho das mulheres em atividades voltadas à reprodução social no mercado, porém com menores remunerações que às masculinas, e também privilegiavam modelos de família heterossexuais. A despeito das críticas, predomina a análise, por parte da literatura feminista, da importância das políticas de bem estar social para a oferta de serviços voltados aos cuidados e à reprodução da sociedade (BAKKER, 2007)

O aumento da poder da classe trabalhadora e das políticas de bem estar social, no entanto, não são permanentes, haja vista que suscitarão em conflitos inerentes com a classe capitalista, já que o seu poder tende a diminuir. Esse cenário se torna insustentável a partir de meados dos anos 1970 com a crise econômica, a falência das políticas keynesianas e a tentativa de restauração do capitalismo liberal. As formas de regulamentação do sistema, por conseguinte, criaram problemas internos a ele o que levará a um processo de deterioração dos direitos trabalhistas e das políticas de manutenção do bem estar social.

3. Globalização, liberalismo e os trabalhos reprodutivos

A falência das políticas econômicas keynesianas de pleno emprego e bem estar social e a tentativa de reestabelecimento do sistema liberal ocorreu a partir de meados dos anos 1970 em decorrência da crise econômica que atingiu o sistema capitalista mundial, ancorados pela crise cambial e do petróleo nos anos 1980. As políticas de bem estar social passaram a ser consideradas inflacionárias, o que levou à cortes nos gastos públicos. Em 1980 foi eleito o presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos, que se alinha à uma política econômica liberal, implantando uma série de medidas de ajustes econômicos e mudanças institucionais. O presidente do Federal Reserve Board da época, Paul Volcker, a fim de conter a inflação adotou medidas de flexibilização da taxa de câmbio e aumento da taxa de juros. Em conjunto, desencadearam no aumento do desemprego, precarização do trabalho, redução dos salários reais e fragilização das entidades sindicais (GUTTMANN, 1994).

A política econômica do governo Reagan ao mesmo tempo que dimuiu os gastos sociais, aumentou as despesas de guerra e desregulamentou diversos mercados protegidos, gerando um

efeito em cascata que atingiu o setor industrial. Os empregos da indústria foram parcialmente substituídos pelo setor de serviços, com salários mais baixos e jornadas mais extensas. Estas medidas foram acompanhadas pela livre flutuação cambial, desregulamentação e inovações financeiras no mercado bancário. Essa época também é contemporânea ao fortalecimento do Fundo Monetário Internacional (GUTTMANN, 1994).

Na Europa, as maiores economias capitalistas, entraram em um período de profunda crise inflacionária, levando a tentativas frustradas de regulamentação cambial e do fluxo de capitais. A estratégia adotada nesse sentido, foi a tentativa de ancoragem cambial coletiva, estabelecendo bandas de flutuação e perseguindo a união monetária. As transformações que atingiram o sistema monetário internacional e a pressão pela abertura dos mercados financeiros impactaram, por fim, os países em desenvolvimento e o continente asiático (EICHENGREEN, 1994). Esse processo, alinhado com a desregulamentação bancária e a globalização dos mercados irá gerar as sementes para a grande crise econômica de 2008.

As políticas liberais e o processo de globalização refletem sobre a força de trabalho feminina na medida em que re-privatizam a reprodução social do trabalho. Isso ocorre, segundo Bakker (2003), de maneira dual: com o retorno dos trabalhos reprodutivos para o ambiente doméstico sobrecarregando as mulheres, e, simultaneamente, com o processo de privatização dos trabalhos de cuidados para o mercado. Esse modelo rompe com a forma de organização econômica e social das sociais democracias, transformando a sociedade em grupos de indivíduos ou famílias desconectadas da realidade social coletiva, o que se relaciona com a subordinação do trabalho humano, da vida, da natureza e das necessidades locais ao capital e às decisões do mercado (BAKKER, 2007).

O neoliberalismo impõe não somente a privatização dos bens estatais, como também de instituições sociais que garantem a provisão para a reprodução social, e pressupõe a alienação das propriedades comuns. Ao mesmo tempo, a inovação tecnológica e o processo de globalização industrial levou à diminuição da renda das famílias, aumento do desemprego e do subemprego. Neste sentido, o trabalho das mulheres assume um caráter flexível e é intensificado já que é necessário para garantir a reprodução humana. “Reprivatizing the costs of social reproduction is intensifying women’s labor in the provision of needs and individualizing the risks of lifetime income streams through private savings and pensions funds” (BAKKER, 2003, p. 79).

O processo de re-privatização dos trabalhos reprodutivos e de precarização do mercado de trabalho reflete na organização social das famílias, com o fim do padrão homem provedor, mulher dona de casa. Segundo Bakker (2003), a demanda pelo trabalho reprodutivo das mulheres foi acompanhada pelo aumento da importância do salário feminino para a manutenção das famílias.

Essa estrutura do mercado incorre tanto na intensificação do trabalho feminino, como também na sua polarização, com a dependência das mulheres de classe média das empregadas domésticas remuneradas. O emprego doméstico, por sua vez é marcado por baixos salários e proteção social, sendo principalmente exercido por mulheres de grupos raciais e étnicos marginalizados e migrantes pobres. A ordem mundial e de gênero, por conseguinte, está demarcada por estruturas raciais e de classe.

A crise de 2008 expôs as fragilidades e contradições do sistema capitalista em sua fase neoliberal, em que a financeirização ocupa um espaço hegemônico. Atingindo o centro do sistema, a crise segundo Duménil & Lévy (2011) está relacionada tanto a aspectos econômicos, como a queda na acumulação de capital e na taxa de lucro, como também pelo processo de globalização e financeirização dos mercados, acompanhada pelo endividamento das famílias, diminuição dos salários reais e aumento do desemprego e das formas precárias de emprego. Esse cenário levou à Grande Recessão Econômica, em que se encontra o sistema capitalista atual.

3. Conclusões

O presente artigo analisou os trabalhos reprodutivos e a reprodução social humana no sistema capitalista avançado sob uma perspectiva feminista. Estes, são voltados para a reprodução e manutenção da força de trabalho, e, no sistema capitalista possuem um papel particular, já que são precarizados e relegados principalmente às mulheres, exercendo, por consequência, um papel de regulador dos salários da população ocupada no mercado. A passagem do sistema feudal para o capitalista, nesse sentido, reconfigura as formas anteriores de dominação patriarcal, diminuindo, porém, a autonomia econômica e sexual feminina. Essa característica se manteve ao longo dos séculos assumindo nuances diferenciadas mas não modificando em sua essência.

A invisibilidade e precariedade dos trabalhos reprodutivos torna o trabalho feminino subsidiário ao masculino. Ainda que tenham conquistado vários direitos legais, frutos das lutas feministas seculares, as mulheres permanecem recebendo salários inferiores aos dos homens, tornando o casamento economicamente vantajoso ou mesmo uma necessidade de vida e aceitação social. Segundo Pateman (2013 p. 198) “As mulheres solteiras não tem uma situação social definida e aceitável; tornar-se a esposa de um homem ainda é o principal meio pelo qual a maioria das mulheres obtém uma identidade social reconhecida”.

Outra característica da desvalorização dos trabalhos reprodutivos foi que a ascensão das mulheres de classe média ao mercado deveu-se à delegação dos afazeres domésticos ao trabalho de outras, as empregadas domésticas remuneradas. Essa ocupação é marcada por questões de gênero,

raça e classe e predomina entre países de menor PIB per capita e maiores índices de desemprego (VIECELI C. et. alli., 2017). A inserção da mulher dentro do sistema capitalista é de dependência, seja por parte dos homens, pais e maridos, ou do Estado através das políticas públicas de assistência que assumem especial importância após a Segunda Guerra Mundial.

As políticas de bem estar social, a despeito da crítica feminista, de reforçarem o papel da mulher como cuidadoras e privilegiar as famílias heterossexuais, foram essenciais para a melhoria da situação das mulheres trabalhadoras e da classe trabalhadora em geral, liberando mais tempo para elas se dedicarem às atividades remuneradas. Segundo Bakker (2007 p. 548) “In large part, the struggle for progressive social reproduction is a struggle for both resources and for control over time. Institutions like public education and child care are crucial to the realisation of such possibilities. (BAKKER, 2007 p. 548)

A crise econômica que atinge o capitalismo em meados da década de 1970, leva a uma nova fase do sistema, com a tentativa de reestruturação das políticas liberais, que se traduzem na austeridade financeira e desregulamentação dos mercados. As políticas de bem estar social sofrerão fortes ajustes, o que recai sobre o trabalho feminino e a situação da classe trabalhadora por consequência.

A crise de 2008 que irá desencadear na Grande Recessão é marcada pela queda na acumulação de capital, financeirização e desregulamentação do sistema bancário, características que não foram superadas. Ao contrário, os mercados financeiros permanecem desregulados, aumentando a especulação e a concentração de capital e riqueza. Alguns autores, como David Kotz (2009), analisam a atual crise do capitalismo neoliberal como sistêmica, sendo impossível de ser solucionada com políticas intervencionistas limitadas; seria necessária, impreterivelmente, a sua substituição por algo novo.

Os novos horizontes, porém, não são facilmente antevistos, ou pelo menos, os bons, já que, diferente da crise dos anos 1930, em que o fortalecimento da classe trabalhadora organizada e o medo do socialismo levou às políticas de bem estar social, a atual Grande Recessão, conforme Fraser (2013), é contemporânea a um processo de fragmentação dos movimentos operários, e as forças populares que poderiam fazer um embate ao sistema liberal aparecem como explosões efêmeras, sem projetos políticos. Ao mesmo tempo que a esquerda não possui respostas viáveis, crescem, no outro extremo, movimentos fascistas e racistas nas maiores economias do mundo.

Nesse ínterim, as grandes empresas multinacionais apontam como via para superação da crise a robotização das fábricas, que recebeu o nome na Alemanha de indústria 4.0. A automatização e flexibilização das relações trabalhistas expulsaram milhares de trabalhadores do setor industrial e de serviços, levando-os a assumir diversos novos formatos de trabalhos

precarizados como o contrato zero hora ou intermitente. Essa é uma agenda de pesquisa a ser aprofundada em estudos sobre o trabalho e reprodução social. A distopia que apresenta a saída para a crise no sistema econômico neoliberal é o fim do próprio emprego, com a robotização integral das fábricas, ou, no limite, a substituição da própria humanidade por cyborgs. Esses, quem sabe, não precisarão dos trabalhos reprodutivos para sua reprodução e manutenção.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, P., Glyn, A. e Harrison, J. (1991). **Capitalism since 1945**. Oxford: Blackwell.

BAKKER, I; GILL S. Ontology, Method, and Hypotheses. In: BAKKER, I; GILL, S. **Power, Production and Social Reproduction**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BAKKER, I. Neoliberal governance and the Reprivatization of Social Reproduction: Social Provisioning and Shifting Gender Orders. In: BAKKER, I; GILL, S. **Power, Production and Social Reproduction**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

BAKKER, I. Social Reproduction and the constitution of a gendered political economy. **New Political Economy**. Vol. 12, n. 4, p. 541 – 556, 2007.

BRYER, R. Americanism and financial accounting theory – Part 2. The modern business enterprise', America's transition to capitalism, and the genesis of management accounting. **Critical Perspectives on Accounting**, 2012.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The crises of the early 21 st century: a critical review of alternative interpretation**. 2011. Disponível em: < <https://baierle.files.wordpress.com/2011/04/the-crisis-of-the-early-21st-century.pdf> > Acesso em 25 set 2017

EICHENGREEN, B. **Globalizing capital: a history of the international monetary system**. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2017.

KOTZ, D. The financial and economic crises of 2008: a systemic crises of neoliberal capitalism. **Review of radical political economics**. Vol. 41., n.3. p. 305-3017. Summer, 2009.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FOLBRE, N. **Who pays for the kids? Gender and structures of constraint**. London and New York: Routledge, 2003.

FRASER, N. A triple movement? Parsing the politics of crises after Polanyi. *New Left Review*, v. 81, p. 119-132, mai-jun 2013

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PICCIO, A. **La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida**. 2005.
Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Antonella_Picchio/publication/228434690_La_economia_politica_y_la_investigacion_de_las_condiciones_de_vida/links/0912f50ea895b07fc2000000.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAITO, O. Historical origins of the male breadwinner household model. **Japan Labor Review**, Tokyo, v.11, n. 4, p. 5-17, out. 2014.

VIECELI, C. P.; SCHNEIDER, E. M.; MONTEIRO, S. M. M. Os determinantes do emprego doméstico no Brasil nos anos 2000. In: VIECELI, C. P.; WÜNSCH, J. G.; STEFFEN, M. W. (orgs.). **Emprego doméstico no Brasil: raízes históricas, trajetórias e regulamentação**. São Paulo: LTr, 2017. Cap. 5.

VOGEL, L. Domestic Labor Revisited. **Science and Society**, v. 64, n. 2, p. 151-170, 2000.